

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

**RESISTÊNCIA INDÍGENA BORUM: A CARTA RÉGIA DE 13/05/1808 E A
INSTRUMENTALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA COMO FORMA DE
COLONIZAÇÃO INDÍGENA.**

PEDRO FELIPE MADUREIRA SILVA

CENTRO UNIVERSITÁRIO FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ

pedromadureira95@gmail.com

RESUMO

Esse trabalho surge com uma exigência acadêmica para a obtenção do título de bacharel em história pelo Centro Universitário Fundação Santo André. O texto foi adaptado para a apresentação no 30º Simpósio Nacional de História, realizado na Universidade Federal de Pernambuco.

O presente trabalho vai abordar a resistência à colonização dos Borum no período colonial, o recorte espacial se dá no Leste do estado de Minas Gerais; Norte do Espírito Santo e Sul da Bahia. Os Borum são pertencentes ao tronco linguístico Jê e até os dias de hoje habitam essa região. Devemos avaliar os termos Tapuia, Aimoré e Botocudo, descrevendo os seus significados dentro de uma linha histórica, tempo e espaço.

A busca pela caracterização do espaço, relatando os conflitos e tensões existentes entre os nativos e fazendeiros que tentam invadir a região. A princípio a morte de muitos nativos se deu nas mãos dos fazendeiros, mesmo que a legislação do período manifestou-se contra. A expedição da Carta Régia de 13 de Maio de 1808 irá legalizar a prática de dizimação nativa e retratar as formas que se articulou a guerra. No texto estará presente a instrumentalização da violência das classes populares, que foram usados pelas elites como agentes repressores.

A carta régia de 13 de Maio de 1808 significou para os nativos a sua exclusão, não apenas sua exclusão física, mas a cultural também, principalmente. A lei irá legalizar e permitir a escravidão indígena. Os fazendeiros se apropriam das terras sobre sangue nativo, mesmo com essa carnificina, os Borum sobreviveram, sua dizimação não se deu por completo. Nos dias de hoje são chamados de Krenak.

INTRODUÇÃO

A problemática do tema apresenta-se em forma de resistência. Tratar da resistência indígena, seja do tronco indígena que for, é algo ainda pouco presente na historiografia nacional. Sendo assim, apresento a grande dificuldade para a formulação do problema, porém pode-se entender que cabe a nova geração de historiadores do século XXI retratar temas como este (questões sociais). Não podemos negar de nenhuma maneira que, a resistência indígena existe até os dias de hoje, portanto não é algo inovador na história do Brasil. O que se torna inovador é a presença dos povos indígenas na historiografia brasileira. Não encontramos temas de resistência na historiografia tradicional, pois em suas escritas, predomina a visão do “herói branco” matador de índios ou o índio como agente colaborador para a colonização europeia. Não podemos negar que tais ideias ainda estão presentes nos dias de hoje e trabalhar com resistência, de fato, é algo para desconstruir e problematizar a historiografia tradicional.

Os estudos indigenistas no Brasil, ganharam força na segunda metade do século XX, com o auxílio da antropologia, especializada nesse tema. Retratando aqui dois nomes fundamentais para observarmos essa reflexão :os estudos do antropólogo brasileiro Darcy Ribeiro¹, foram fundamentais para observarmos a sociedade dos Tupinambá, e as pesquisas da antropóloga Luso-Brasileira Manuela Carneiro da Cunha², nome importante na fundação do Núcleo de História Indígena e Indigeníssimo- NHII. Porém, no que diz respeito à historiografia nacional o nome de John Manuel Monteiro³ apresenta-se com muito prestígio.

¹ Darcy Ribeiro (1922-1997) Formado em Ciências Sociais na escola de Sociologia e Política de São Paulo em 1946; Senador da República entre os anos de 1991 e 1997.

² Manuela Carneiro da Cunha (1946) Antropóloga Luso-Brasileira. Formada em Matemática na *Faculté des Sciences*, Paris em 1967. Obteve o título de doutorado em 1975 pela UNICAMP.

³ John Manuel Monteiro (1956-2013). Historiador voltado para a temática indígena. Obteve a livre-docência pela UNICAMP em 2001.

Apenas com a Lei 11.645 de 10 de março de 2008- determina os estudos de cultura e história indígena nos centros de formação educacional, como as escolas e universidades- que os povos indígenas estão se retirando de sua condição imposta de exclusão e, negligência de sua cultura e modo de vida, agressão à sua memória e seus direitos.

De que forma podemos observar a resistência? Quando observada a sociedade- que é dividida em classes- identificamos dois polos: polo dominante e o polo dominando. O que caracteriza o polo dominado é a resistência. O pólo dominante é aquele que utiliza uma ferramenta ou um mecanismo, para exercer sua dominância. Essa ferramenta pode ser física ou mental. Para esta pesquisa o pólo dominante (estado, posseiros, fazendeiros, bandeiras) irá buscar exercer a dominação sobre os nativos, através da violência. Existe a concepção de que “violência gera violência”. Tal afirmação deve ser problematizada e observar quem são os sujeitos que estão exercendo violência? Após reagir a essa problemática, atentamos que violência não gera violência, por conseguinte, violência exercida do polo dominante gera resistência do pólo dominado. É nessa vertente que estamos escorados.

Os documentos de alicerce da pesquisa são cartas régias (documentos oficiais); cartas de sujeitos ligados ao poder (posseiros, fazendeiros, condes, presidente de província). É um engano pensar que a luta, resistência dos povos nativos não estão documentadas. Os documentos oficiais estão mostrando essas ações, entretanto cabe analisar o documento com uma visão mais aprofundada. Se assim feito, conseguimos ampliar as vozes dos oprimidos. Ampliar, pois estão presentes nos documentos, onde estão com suas vozes silenciadas. Haverá sem dúvidas questionamentos para que se busque observar a luta dos Borum e não se reproduza o documento, assim procurando evitar ao máximo uma escrita positivista. As outras cartas, de pessoas ligadas ao poder não possuem peso de lei, mas relatam a perspectiva da classe dominante. Além desse tipo de documentou, busco trabalhar relatos de viajantes e naturalistas do período. Acredito que essa seja uma característica fundamental do historiador voltado para a temática indígena: trabalhar com documentos de diferentes origens e natureza, além de ser uma nova fonte de pesquisa para a historiografia. Quando se trata de uma temática indígena,

muito dos historiadores possuem uma fidelidade aos documentos escritos, dispensando os relatos orais, obras de viajantes e documentos administrativos.⁴

Analisando as cartas, podemos observar que existe um polo central de disputa em comum: terra. Os conflitos acentuados por conta de posses de terras estão presentes até os dias da contemporaneidade. O cenário é similar: nativos lutando pelas suas terras, posseiros e fazendeiras buscando dominá-las.

O ponto de partida para esse artigo é a emissão da Carta Régia- que possui peso de lei imediata- titulada de “Manda fazer guerra aos índios Botocudos”. Portanto estamos nos retratando a 13/05/1808, algum tempo depois da chegada da corte a América Portuguesa. Assim, o trabalho proposto se compromete a enfatizar partes dos desdobramentos e consequências da carta emitida por D. João VI.

Para a leitura desse artigo é necessário que estejamos comprometidos com as causas sociais das primeiras nações. Buscando reflexões profundas sobre as fontes bibliográficas, fontes essas que nos auxiliam na observação das causas indígenas da sociedade contemporânea.

⁴ CUNHA, Manuela Carneiro da Cunha. **Cultura com Aspas**, p. 127.

OS NATIVOS E A REGIÃO.

É fundamental identificar que os Borum pertencem a classe dos semi-sedentários (SCHWARTZ, 1983; LOCKHART)⁵. Ou seja, movimentavam-se em ciclos sazonais, dentro de um determinado tempo, em que a terra já não suporta mais a produção agrícola, e a caça era ação fundamental e vivem em grupos, sempre armados de arcos e flechas. A cobrança de impostos não existia entre eles, mas a escravidão de índios de guerra era bastante recorrente. Caso o índio cativo apresentasse grandes habilidades de guerra, seu corpo servia como alimento para os botocudos da região do leste de Minas Gerais e Norte do Espírito Santo. Assim, observaram que manter o corpo de outro índio valente dentro de si, lhe concederia suas habilidades e o espírito do índio morto estaria dentro do corpo do nativo vencedor (CASTRO, 1992). Portanto o ritual de antropofagia era algo bastante comum entre os grupos botocudos da região, já que esses tinham fama de serem os índios

⁵ A obra com a qual estou me referindo é: A América Latina na época colonial, em que os historiadores americanos Stuart B. Schwartz e James Lockhart trabalham as sociedades na América latina, relatam uma divisão entre elas: povos imperiais, semi sedentários e não sedentários. É nesse segundo item que se encaixa os índios do sertão.

mais valentes e guerreiros. Fama essa construída dentro do imaginário dos índios que viviam na América Portuguesa e dos mesmos europeus.

Os primeiros contatos com os índios de língua Jê são, ainda no século XVI, no sertão colonial (PARAÍSO, 1992, p. 413). Entre os séculos XVI e XVII os movimentos sazonais deixaram de ser naturais e passaram a ser forçados, por conta da batalha contra os europeus. Os chamados de Aimorés⁶, no sertão baiano, lutavam bravamente contra as armas dos europeus, mas a causa de sua fuga evitar o contato com o branco, sabendo que este poderia lhe causar doenças. Inclusive, ousou dizer que as doenças contagiosas foram as principais armas dos europeus no processo de luta contra os nativos na América Latina.

“Além do confronto armado, houve outras formas de extermínio ,como a narrada pelo Barão Von Eschwege e citado pelo príncipe Maximiliano Wied-Neuwied, também alemão, que esteve no Brasil no início do século XIX. Conta que o conde de Linhares ministro da Guerra de dom João VI e idealizador da guerra contra os Botocudos, estimulava a entrega de roupas contaminadas com varíola, o que levou à morte de muitos grupos nativos. Os luso-brasileiros anteciparam em mais de 150 anos a guerra bacteriológica que tantas vítimas têm causado em guerras atuais” (PREZA, 2017, p. 150)

No final do século XVIII, os conflitos estavam intensificados entre os posseiros e os nativos. Ao sul da província de Minas Gerais os bandeirantes paulistas já haviam começado seu projeto de extermínio nativo. No coração da região, as participações das forças providas da metrópole era bastante ativa. Isso se deve a extração de minérios valiosos, em destaque o ouro. A cada passo, em que o ouro das minas encontrava-se em baixa mineração, a região do leste de Minas passava a ser uma área de incursão de posseiros e fazendeiros sedentos por terra. Logo observa-se aqui uma transição na economia que deixa de ser uma economia mineradora e passa a ter um caráter agrícola.

A coroa portuguesa não buscou estabelecer contato com os índios do leste de

⁶ Ainda nesta obra farei uma reflexão sobre os termos Tapuia, Botocudos, Aimorés.

Minas Gerais, isso se deve porque no coração da província de Minas Gerais havia a extração de metais preciosos. Para dificultar o contrabando, a monarquia utilizou como estratégia deixar a região despovoada, sem a necessidade da colonização imediata, mas isso não evitou a entrada de contrabandistas e bandeiras, na medida em que a ação mineradora diminuía, a região começou a ser povoada. No entanto, grupos de fazendeiros encontram a resistência dos nativos na região.

Conflitos e tensões já eram muito bem vistos e acentuados, entre os nativos e os posseiros, à medida que as forças locais entravam na região, por meio da violência, os grupos de botocudos já estavam preparados e muito bem armados para executar a resistência. Ações como essas foram muito bem registradas em cartas com natureza informativa e informal que nos mostram como se deu esses contatos.

Com o índice onomástico de José Rodrigues Silva, retrata o confronto existente na região do rio Doce, em que um soldado reporta um ataque nativo- ataque esse que encaro como resistência - na ponte do rio doce.

“Por carta de 4 de julho de 84 me avisou o soldado Sebastião José Cordeiroque os Indios chamados de Botocudos Eavião tomado a Ponte do Rio Doce, elogo comprei polvora, xumbo mantidos e aprontey com o soldado José Jacinto Mendes a ver a ponte (...)”⁷

Ocupar uma ponte significava oferecer um obstáculo para o comércio que seria realizado, dificultar o caminho percorrido pelos posseiros deve ser observada como uma estratégia de resistência dos nativos: atrapalhar a circulação de mercadorias, sem dúvida atingia a espinha dorsal das elites locais.

Poderia-se interpretar, as regiões mais afastadas dos governos centrais são terras governadas por uma elite local formada de fazendeiros. Em outras palavras, as áreas que estão mais distantes de pólos de concentração econômica e populacional, tornam-se lugares em que as leis não são obedecidas, isso muito presente na contemporaneidade, se deve por conta a ineficiência do estado burocrático em atingir a centralização do poder.

⁷ APM

Conclui-se que existe uma linha tênue entre a constituição e as regiões afastadas do centro, as leis pregadas como “justas” não alcançam os sertões mais profundos.

Com ações de resistência, os nativos do Rio Doce forneceram um grande obstáculo para o povoamento da região (MATTOS, 2003, p. 66). Pode-se dizer que o objetivo dos nativos era manter o afastamento dos ditos “homens brancos”, que estes os contaminaram com doenças desconhecidas e principalmente em defesa de sua terra, protegendo seu espaço como puderam. O período que vai da diminuição da exploração do ouro no coração de Minas Gerais, está concomitantemente ligada ao período de conflitos mais intensificado do vale do Jequitinhonha e Doce.

MANDA FAZER GUERRA AOS ÍNDIOS BOTOCUDOS

Para o desenvolvimento desta parte do artigo é importante dizer que a haverá uma análise bastante crítica e profunda da Carta Régia de 13 de Maio de 1808. Buscando apresentar o documento, cartas régias expedidas por monarcas possuíram peso de lei e de força imediata e sempre retratam uma ordem, um dever. Aquele que receber, deverá imediatamente exercer as mudanças propostas pelo rei (para esse caso, o príncipe regente envia a carta ao governador da capitania de Minas Gerais Pedro Maria Xavier de Ataíde e Mello). Como documento histórico, cartas régias são encaradas como documentos oficiais, que são emitidas pelo chefe de governo da colônia, para o governador da província; uma emissão de ordem.

Os primeiros sinais, identificados no documento, percebe-se como se articula o projeto de dominação da coroa, no documento está descrito: o que deverá acontecer com os nativos, quais as providências que a corte pretendia tomar, de que forma essa guerra ocorreria, os objetivos, entre outras coisas. De fato, muitas concessões desejadas pela elite foram alcançadas como o domínio e posse das terras por meio da força. Porém, defendo a tese de que um dos objetivos traçados seria de dizimação por completo dos nativos. Tal ato não aconteceu, já que até Outubro de 1831 a carta régia emitida por D. João VI foi revogada (CUNHA MATOS, 1979).

Para o desenvolvimento do artigo será observado a ordem número dois da Carta Régia de 13/05/1808. É importante destacar que o documento histórico citado possui um conjunto de cinco ordens que se desenvolvem nos objetivos do príncipe regente.

2º ORDEM

“(…) Em segundo lugar sou servido ordenar-vos que formeis logo um Corpo de soldados pedestres escolhidos e commandados pelos mesmos habeis commandantes que vós em parte propuzestes e que vão nomeados nesta mesma Carta Regia, os quaes terão o mesmo soldo que o dos soldados Infanteas; e sendo Indios domesticos, poderá diminuir-se o soldo a 40 réis, como se faz na guarnição dos Presídios dos Barretos e da Serra de S. João (…)” (Carta Régia de 13 de Maio de 1808)

Em sua segunda ordem, D. João destina-se a recrutar homens e obrigações aos soldados, a formação de um grupo militar e chamar os sujeitos que deverão exercer em prática a guerra contra os nativos.

Dois aspectos fundamentais vistos: os presídios, o significado deste é completamente diferente das concepções que conhecemos em tempos contemporâneos. Define-se como presídio a formação de campos que eram utilizados pelas forças militares para se recompor, refugiar-se e planejar suas estratégias de batalhas, busca de suprimentos, ou seja, seria uma espécie de quartel de guerra; a participação de “índios mansos” na guerra servindo como agentes militarizados, nativos que representavam a classe dominante.

Na obra *Civilização e Revolta, os Botocudos e a catequese na Província de Minas*, Izabel Missagia de Mattos, descreve um fato de Coroados⁸, um subgrupo de botocudos, são utilizados como esses agentes militarizados contra os nativos. Mattos diz:

“Os Coroados, aliados dos portugueses contra os inimigos Puri, viram-se, então, obrigados a “caçá-los”, o que fizeram sem a ajuda dos portugueses, porque lhes faltava a “coragem” “porém extremamente

⁸ Nativos de língua Jê, que viviam nas margens do Rio Doce.

descontentes por causa da covardia e falsidades reveladas para com os Puris” (MATTOS, 2003, p.79, 80 apud FREIREYSS, 1901, p. 250)

Usar das classes subalternas como ferramentas para exercer o poder, não era uma prática nova na vida social das elites coloniais. O que não se pode deixar de comentar é que para esses sujeitos, que estavam impostos a exclusão (negros, índios já envolvidos com a sociedade colonial) serem usadas como agentes da ordem, era uma forma de resistência, já que seu tratamento e sua condição social eram diferentes daqueles que iriam reprimir.

No artigo *Escravos de Peleja: a instrumentalização da Violência escrava na América Portuguesa (1580-1850)* o autor Carlos A. M. Lima, descreve detalhadamente de que forma dava-se essa instrumentalização da violência, a forma com a qual as elites armavam alguns sujeitos das classes populares. Segundo Lima:

“ (...) Afinal, se a violência a serviço dos senhores podia manifestar-se até mesmo tendo como *agentes* as principais vítimas desses mesmos senhores, fica plenamente caracterizado que o lugar da força na vida social era aquele das práticas normais, legítimas e em torno das quais se criaram e sustentavam diversas e fundamentais expectativas e valores.

Para concluir, indago a respeito de hipóteses amplas sobre a sociedade colonial brasileira, capazes de fazer compreender a centralidade da violência na vida social. (...) Trata-se da explosiva combinação o entre, de um lado, gente com capital e desejo de alçar-se a posições aristocráticas e, de outro lado, terra livre impedindo a emergência de formas de algum modo contratuais, mercantis, para a obtenção de trabalho alheio. Um quadro como esse criou fortíssimas tendências a que se legitimasse e se tornasse comum a busca desenfreada pelo estabelecimento de posições monopolistas nos mecanismos de oferta de trabalho, com a decorrente e desbragada proliferação da violência.

Junte-se a isso o caráter aristocrático assumido pela colonização na época moderna, seu compromisso com o ambiente da honra lograda por meio das armas. Junte-se-lhe também a virtualidade barroca de difundir

comportamentos mediante o estabelecimento de mecanismos contínuos (e não o discretos, segundo o antigo uso dessas expressões pela Estatística) de estratificação, assim como sua propensão a conceber o mundo, mover-se nele e apropriar-se de seus habitantes mediante cadeias hierarquizantes, em um ambiente eminentemente corporativo. Tudo direcionava a vida social e os mecanismos de dominação para a inclusão subordinada, por oposição mera exclusão. Nesse quadro, a lógica de incorporação também fazia-se valer em relação ao uso da força.” (LIMA, 2002, p. 149, 150)

Observo assim que, as elites comandam as articulações de guerra, porém, nas práticas e nos campos de batalhas, são as populações excluídas socialmente que fazem o trabalho de dizimação, por ordens das elites. Na carta é lido que: “sendo Índios domesticos, poderá diminuir-se o soldo a 40 réis”, isso significa que para os nativos participantes, pagasse menos, em referência aos brancos, sendo o reflexo disso, a desvalorização dos nativos que estavam do lado da coroa. Ainda descrevendo a participação das classes populares no processo de guerra contra os índios Borum do Doce, o príncipe Maximiliano Wied, irá relatar em seus diários de viagens a visão que se tem dos quartéis, cuja presença de negros e índios aparece de forma muito explícita.

“Maximiliano de Wied subindo o Jequitinhonha a partir de sua foz, descreveu os quartéis, ou destacamentos ali existentes (...) Os soldados indígenas do destacamento, no entanto, descontentes com o comandante Julião Fernandes Leão, seriam transferidos para a ilha da Cachoeirinha. Quando foi visitado pela comitiva do príncipe austríaco , só restavam dez soldados “sobretudo gente de cor, índios ou mulatos”. Os soldados desertavam porque, além dos soldos aviltantes, eram obrigados a prestar serviços pesados como o de canoeiros, transportando viajantes e bagagens rio abaixo e rio acima. Também no quartel da Regência, na embocadura do rio Doce, o príncipe havia observado que os soldados passavam “muito mal” e eram “todos de cor, crioulos, índios, mamelucos ou mulatos” (apud MATTOS, 2003, p. 72)

Importante fazer essa crítica, de que desde o início do processo de colonização a metrópole soube usar a mão-de-obra das classes mais baixas para exercer o seu trabalho

sujo. Qual a origem das pessoas que estão envolvidas nos campos de batalha nessa guerra? Aqueles desiludidos pela vontade da conquista do ouro no coração da província estavam ainda habitando e se deslocando para o local, logo as forças metropolitanas usaram dos índios já aldeados e escravizados negros para comporem esses batalhões.

CONCLUSÃO

Os conflitos e tensões na área geográfica estudada já estavam ocorrendo muito antes da vinda da corte à colônia. A região passava a ser habitada por diversos grupos de

peças, principalmente vindo das regiões auríferas de Minas Gerais, que já não se encontrava em abundância de metais preciosos. A caracterização da colonização passa a ser voltada para à agricultura, porém para conseguir obter êxito na ação cultivadora, a colônia buscou se livrar do “empecilho indígena”.

A expedição da Carta Régia de 13 de Maio de 1808 significou profundas mudanças na esfera social colonial resultando um sentimento anti indígena entre as classes populares e principalmente com as elites que já possuíam esse imaginário, carregando e reforçando uma série de ações de violência que era legalizada pela Carta Régia, que apresenta o seu caráter ambíguo. Em quadros gerais, as palavras escritas pelo príncipe regente, não se sustentavam, visto que ao mesmo tempo em que se cogita uma sociedade que está na paz, faz uma declaração de guerra.

A escravidão indígena permaneceu durante todo período colonial, porém nela não está enraizada a justificativa econômica, igual a do negro, embora tenha que se dizer que o escravismo nativo tem suas ideologias pautadas na busca da “civilização”, no sentido em que o “trabalho civiliza o selvagem”. Trabalho esse que era colocado por tempo determinado, já que o objetivo é reeducar o sujeito para que viva em uma sociedade “justa e de paz”. Acontece que permanecido em cativo e trabalho compulsório durante muito tempo, o sujeito nativo não conseguia sua liberdade, pois sua morte acontecia antes da hora.

A busca pela civilização dos nativos mostrou sua verdadeira face quando observamos os desdobramentos das ordens de D. João VI: eliminar o obstáculo nativo, com o objetivo de distribuir e colonizar as terras. Portanto a “conquista” de terras se deu com muito sangue indígena. De fato, a resistência ocorreu, os povos originários lutaram em defesa da terra, cultura e sobrevivência.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Márcio Rezende Ferrari; Alves, José Eustáquio Diniz. **D. João VI e o genocídio dos índios botocudos.** In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 16., 2008, Caxambu. Artigo. Caxambu: UNICAMP, 2008. Disponível em: <http://dgi.unifesp.br/sites/comunicacao/pdf/entreteses/guia_biblio.pdf>. Acesso em: 01 MAI. 2017.

DIAS, Maria Odila da Silva. **A interiorização da metrópole (1808-1853).** In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). 1822: Dimensões. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 160-184.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. **A inconstância da Alma selvagem.** Revista de Antropologia, USP, 1994. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/111318%3E> . Acesso em: 21 SET. 2017

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e Resistência.** 1ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1986

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Agenda Brasileira: temas de uma sociedade em mudança.** BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs.). 1ª Ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2011.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas.** Olhares indigenistas e escravistas. 2ª ed. São Paulo: UBU, 2017.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Antropologia do Brasil: mito, história e etnicidade.** 1ª Ed. São Paulo, Brasiliense, 1986.

EMMERICH, Charlotte, MONSERRAT; Ruth. M.F. **Sobre os Aimóres, Krens e Botocudos.** 1ª Ed. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 1975.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. **Extermínio e Servidão.** Ed. Arquivo Publico Mineiro. Vol. 47. Belo Horizonte, 2011

LEITE, Marcelo. O Resgate dos Botocudos. **Ciência e Tecnologia no Brasil Pesquisa FAPESP**. São Paulo, n.107, p.48-51, Jan.2005.

LIMA, Carlos A. M. **Escravos de Peleja: a instrumentalização da violência escrava na América Portuguesa (1580-1850)**. Artigo Revista de Sociologia e Política, São Paulo, n. 18, p. 131-152, Jun.2002.

MATTOS, Izabel Missagia de. **Civilização e Revolta : povos botocudo e indigenismo missionario na Provincia de Minas**. 1ª Ed. São Paulo, UNICAMP, 2002.

MARINATO, Francieli Aparecida. **Índios Imperiais: Os Botocudos, os militares e a colonização do Rio Doce (Espírito Santo, 1824-1845)**. Dissertação de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2007.

MELATTI, Júlio César. **Índios do Brasil**. 1ª Ed. São Paulo, Hucitec, 1980

MONTEIRO, John. **Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História indígena e indigenista**. 1ª Ed. São Paulo, UNICAMP, 2001.

MONTEIRO, John. **Índios no Brasil, O Escravo índio, esse desconhecido**. GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). São Paulo: Secretaria Municipal da Cultura, 1992, p.105-119.

MONREAU, Filipe Eduardo. **Os índios nas cartas de Nóbrega e Anchieta**. 1ª Ed. São Paulo: Annablume, 2003.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. **1808: a guerra contra os botocudos e a recomposição do império português nos trópicos**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010, p.391.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019